vigência em 2016, referente ao processo nº 002015730017493-3, do município de REDENCAO, nos seguintes termos e itens:

1 - Solicita que o recurso seja recebido, por estar em consonância com a legislação, que rege a matéria;

2 - Seja atualizado o valor adicionado e respectivo percentual no índice provisório para o exercício de 2014;

3- Seja computado ao valor adicionado o montante de R\$ 25.409.343,68 valor este levantado pelo município e apresentado nesta impugnação por se tratar de empresas do Simples Nacional (PGDAS) que ficaram fora ou com valores divergentes; e

4 - Seja considerado e computado o valor diferido do LEITE IN NATURA conforme valores demonstrados nos autos.

DECISÃO:

Quanto ao item 1, onde solicita que o recurso seja recebido, por estar em consonância com a legislação, temos a informar que mesmo foi reconhecido como tempestivo;

Quanto ao item 2, para seja atualizado o valor adicionado e respectivo percentual no índice provisório para o exercício de 2015, informamos que todas as Declarações existentes na base, após a publicação dos índices provisórios, serão recepcionadas, incorporadas, processadas, computadas e atualizadas, de acordo com a metodologia definida pela legislação e aprovada pelo Grupo de Trabalho Cota Parte, até o processamento final dos índices definitivos que irão vigorar no ano de 2016;

Quanto ao item 3, onde solicita que seja computado ao valor adicionado o montante de R\$13.621.686,97, valor este levantado pelo município e apresentado nesta impugnação, por se tratar de empresas do Simples Nacional (PGDAS) que ficaram fora ou com valores divergentes, temos a informar que o cálculo foi realizado de acordo com o previsto no art. 3º, § 1º, II, da Lei Complementar nº 63/90, levando-se em consideração o cálculo de 32% da receita bruta, mas somente das operações referentes ao ICMS e que, até o final do processamento das declarações dos contribuintes do Simples Nacional, todos os valores dos contribuintes do município apresentadas à Receita Federal do Brasil e importadas pela SEFA, serão computados para o cálculo do índice;

Quanto ao item 4, onde solicita que seja considerado e computado o valor diferido do LEITE IN NATURA, temos a informar que, apesar de não terem sido apresentados dados nos autos que justifiquem as afirmações, os valores das operações diferidas que não foram objetos de emissão através das Notas Fiscais Avulsas, foram computadas para o cálculo do valor adicionado, levando-se em consideração às entradas registradas pelas Indústrias de Laticínios através das Notas Fiscais Eletrônicas, conforme metodologia do cálculo do GT Cota Parte, as quais passaram a compor o cálculo do índice definitivo a vigorar em 2016;

Quanto ao itens 5 e 7, o qual solicita que seja considerado e computado o valor do conhecimento de transporte dentro do território do Município e os motivos pelos quais apresentaram uma queda extraordinariamente gigantesca, temos a informar que valor adicionado computado para o município, em 2014, foi da ordem de R\$ 26.916.871,85 (conhecimento avulso de transporte e conhecimento de transporte eletrônico) e não de R\$ 542.710,49, (conhecimento avulso de transporte) como havia sido informado anteriormente e, ainda, que todos os dados foram processados nos termos da LC 63/90 e que todas as informações existentes na base, após a publicação dos índices provisórios, foram recepcionadas, incorporadas, processadas, computadas e atualizadas, de acordo com a metodologia definida pela legislação e aprovada pelo Grupo de Trabalho Cota Parte, até o processamento final dos índices definitivos;

Quanto ao item 6, o qual solicita que seja demonstrado e especificado por produtos e respectivos valores computados que compuseram o montante computado ao valor adicionado no item NOTA FISCAL AVULSA, temos a informar que os valores referentes ao ano de 2014 são: Produtos Diversos (28.737.347,42), bovino (22.381.675,03), bubalino, (4.196,08), arroz, (169.626,00), milho (3.015.000,00) e soja (1.740.000,00), perfazendo um

total de 56.101.392,66. Informamos, ainda, que os valores referentes às operações diferidas com leite in natura são registrados pelas notas fiscais eletrônicas de entradas emitidas pelo estabelecimento industrial, caso não tenha sido emitida a competente nota fiscal avulsa pelo produtor rural.

O Grupo de Trabalho Cota-Parte vem desenvolvendo as tarefas inerentes ao cálculo dos índices definitivos, conforme preceitua art. 3º, §§ 3º e 4º da Lei Complementar nº 63/1990, com base no qual esses índices serão publicados no prazo previsto no § 8º do mesmo dispositivo legal.

Isto posto, julgamos procedente os itens 1, 2 e 6 e parcialmente procedente os itens 3, 4, 5 e 7.

Publique-se.

Belém, 25 de agosto de 2015.

Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha

Secretário de Estado da Fazenda

PROCESSO Nº: 002015730017241-8

IMPUGNANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS
ASSUNTO: RECURSO ADMINISTRATIVO DE SEGUNDA INSTÂNCIA CONTRA A DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO DO ÍNDICE DA COTA PARTE, REFERENTE AO PROCESSO Nº 002015730016040-1, RELATIVO AO DO MUNICÍPIO DE PARAUPEBAS.

RELATÓRIO DO RECURSO:

A Prefeitura Municipal de Parauapebas, através de seu procurador, JADER ALBERTO PAZINATO, OAB/SC Nº 16.215, impugnou, em segunda instância, a decisão do índice da cota parte do ICMS, para vigência em 2016, referente ao processo nº 002015730016040-1, do município de Parauapebas, nos seguintes termos e itens:

DO PEDIDO

1 – Requer o recebimento e processamento do presente recurso;

2 – Que sejam considerados os valores de faturamento apresentados pela Vale S.A., segundo suas próprias Demonstrações Financeiras, observando-se o disposto no Art. 2, VI, do Decreto 4.478 e elaboração de cálculos segundo (Doc. 03 –anexo aos autos);

3 - Que seja recalculado o índice provisório erroneamente elaborado com relação ao MUNICÍPIO DE PARAUPEBAS e consideradas, tão e somente, as saídas e entradas de mercadorias e serviços para o cálculo do valor adicionado definidos na Lei Complementar nº 63/1990, Art. 3º, §, I, pois não é possível ignorá-la ou violá-la;

4 - Que seja desconsiderada a apropriação de custos como se entradas fossem, conforme previsão contida no art. 5º. V, do Decreto 4.478, pois manifestamente ilegal e inconstitucional;

5 - Que, caso sejam mantidos os índices provisórios estabelecidos no Decreto 1.326/2015, informe ao MUNICÍPIO DE PARAUPEBAS, sucessiva e alternativamente, quais os custos apropriados e quais as informações foram levadas em consideração para o equivocado cálculo da sua cota parte do ICMS; e

6 – Que seja determinado ao GT Cota Parte que refaça os errôneos cálculos do índice cota parte para o ano de 2016, com a estrita observância do Art. 29. VI, do Decreto nº 4.478/2001, referente ao uso das demonstrações financeiras da Vale S.A., com relação às vendas de minério de ferro, para apuração do correto valor adicionado pelo município recorrente, considerando as informações oficiais.

7 - Seja informado ao município de Parauapebas, em cumprimento a Lei Complementar nº 63/1990, em seu Art. - 3, § 5, todos os valores correspondentes a cada contribuinte, das saídas e entradas de mercadorias e serviços, correspondente aos exercícios de 2013 e 2014, que serviram de base para o errôneo cálculo do Valor Adicionado de 2016.

DECISÃO:

Com relação ao item 01, temos a informar que o presente expediente foi recepcionado como impugnação tempestiva ao índice cota parte referente ao município de PARAUPEBAS;

Quanto ao item 2, onde solicita que sejam considerados os valores de faturamento apresentados pela Vale S.A., segundo suas próprias Demonstrações Financeiras, observando-se o disposto no Art. 2º, VI, do Decreto 4.478 e elaboração de cálculos segundo documentos anexos aos autos, temos a informar que:

a) *O cálculo do índice de participação dos municípios, no produto da arrecadação do ICMS, é realizado conforme determina o artigo 3º, §§ 3º e 4º, da Lei Complementar nº 63/90, com base nos documentos estabelecidos no decreto estadual nº 4.478/2001, na Instrução Normativa 026/2014 e metodologia aprovada pelo Grupo de Trabalho, instituído pelo decreto nº 2.057/93, observando-se a esmerada aplicação da legislação pertinente;*

b) *Os dados foram extraídos da Demonstração consolidada do resultado do exercício, do Relatório Anual 2014, da CIA VALE S/A, disponíveis no endereço eletrônico <http://www.vale.com/PT/investors/Annual-reports/20F/Paginas/default.aspx>, disponível para consulta;*

c) *O valor das vendas utilizado para cálculo da Cota parte sempre foram o valor declarado na DIEF pelo estabelecimento situado no município de Parauapebas, já que os valores que são declarados na DIEF são todos correspondidos na escrituração contábil. Diferente do valor do custo de extração em que há registros contábeis não correspondidos simultaneamente na DIEF, como os casos de amortização, depreciação e exaustão. Os registros de bens, mercadorias e outros são registrados quando adquiridos, entretanto, só são registrados contabilmente como custo a partir da efetivação da depreciação, amortização e exaustão dos mesmos;*

d) *O valor praticado pelas TRADINGs do grupo, localizadas no exterior, e o ganho obtidas pelas mesmas, são reconhecidos nas demonstrações financeiras destes estabelecimentos, ou seja, jamais foram reconhecidos pelo estabelecimento de Parauapebas. Estes ganhos são tributados pela Receita Federal como rendas obtidas no exterior;*

e) *Somente no caso da compensação financeira pela exploração de recursos minerais – CFEM, é que o valor a ser base do recolhimento da mesma deve ser o valor da venda praticado no exterior pelas TRADINGs e não o valor de venda praticado pelo estabelecimento extrator. Dessa forma, ainda que o valor da CFEM a ser recolhido para o município do estabelecimento extrator seja baseado no preço praticado no exterior pelas TRADINGs, o faturamento obtido pelas trading é reconhecido como faturamento das mesmas e não como faturamento do estabelecimento extrator;*

f) *O valor das vendas apresentado pela impugnante para os exercícios de 2013 e 2014 são, respectivamente, de R\$ 26.609.513.093,99 e R\$ 21.881.707.045,77. Analisando o valor das vendas apresentado pelos BOLETOS de pagamento da CFEM, pelo Relatório Anual de Lavra - RAL e pela Declaração de Informações Econômicas Fiscais- DIEF, temos os valores abaixo, conforme abaixo:*

Exercício 2013.

NOME	QTDE	VALOR
CFEM	107.681.613,66	R\$ 21.492.127.435,41
RAL	108.648.825,68	R\$ 21.667.260.077,09
DIEF	Não informa	R\$ 21.370.851.476,23

Exercício 2014.

NOME	QTDE	VALOR
CFEM	112.909.263,24	R\$ 17.860.786.141,46
RAL	112.909.263,24	R\$ 17.860.719.859,07
DIEF	Não informa	R\$ 17.750.092.469,04